

Quarta-feira, 6 de Julho de 2005 - Estrasburgo

Um mundo sem minas

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - Também eu fiquei sensibilizada pela intervenção do Senhor Ministro e da Senhora Comissária Ferrero-Waldner, referindo-se a uma situação que deve ter ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial e, no entanto, cada ano que passa, e ainda hoje, 20.000 pessoas são vítimas de minas ou munições abandonadas e, entre elas, 8 a 10 mil são crianças mortas ou mutiladas, a maior parte pela variante das minas ditas anti-pessoais. Estas armas imorais continuam a ter consequências sociais, económicas, ambientais e humanitárias e constituem, assim, uma intolerável ameaça à segurança humana de comunidades inteiras.

A Convenção de Otava representa um avanço tremendo no combate a este flagelo mas, como ouvimos no dia da informação organizada aqui, no Parlamento Europeu, a 16 de Junho, da boca de Jody Williams e do Embaixador Wolfgang Petritsch, muito há ainda por fazer. Para além das obrigações jurídicas a que estão sujeitos os Estados Partes, a comunidade internacional tem o dever de eliminar de uma vez por todas não só as minas ditas antipessoais mas quaisquer minas ou mecanismos que possam matar ou mutilar indiscriminadamente. E países como o meu, que minaram outros países, em guerras coloniais ou outras, têm particulares responsabilidades em ajudar agora a desminá-los e a apoiar a recuperação e a reinserção social das respectivas vítimas.

A Europa, em particular, deve manter o papel de liderança nesta área e estendê-lo a outras áreas de desarmamento. A produção, o comércio e a utilização de minas anti-carro, munições de fragmentação e armas ligeiras colocam desafios que importa confrontar agora, sob pena de perdermos a iniciativa; e, para isso, os membros da União e a Comissão têm de apresentar-se unidos e falar com uma só voz, mais audivelmente e com mais eficácia, promovendo a universalização da Convenção de Otava em todos os fóruns internacionais e nas relações com países terceiros e insistindo na ratificação e assistindo na sua aplicação. Para isso, é importante que os países da União que ainda não assinaram ou ratificaram a Convenção o façam sem demora e se juntem às 144 nações que consideram que esta e outras dimensões do desarmamento global são elementos fundamentais da estabilidade sustentável do nosso planeta e da segurança de todos nós.

Trata-se, assim, como dizem as conclusões da Conferência de Revisão de Nairobi, de trabalhar na direcção de um mundo livre de minas. Devemo-lo a milhares de comunidades cujo desenvolvimento se vê ameaçado por estas e outras armas que matam e mutilam aleatoriamente. Pelos direitos humanos, pela segurança humana, pela paz, por aquilo que são os valores mais essenciais em que se funda a União Europeia. É isto que está reflectido na resolução que propomos.

A minha função como chefe da missão de observação eleitoral não acabou. É independente e ainda não acabou. Por isso, peço ao Parlamento que compreenda que eu entenda dever ser meu dever não participar na votação desta resolução.